

Encurralados

Carlos Cruz, Sócio fundador da CCA

1. Os recentes acórdãos do Tribunal Constitucional e as suas repercussões relativamente aos compromissos internacionais do Estado Português levantaram a polémica de saber o que está mal, se a Constituição se o Tribunal Constitucional.

Há articulistas como Henrique Raposo, que defendem que a Constituição é um programa de governo permanente de esquerda, que se impõe mesmo à direita e há dirigentes, como Teresa Leal Coelho, que diabolizam os juízes do Tribunal Constitucional, acusando-os de fazer política mais do que aplicar o direito.

Poucos duvidarão da desatualização do nosso texto constitucional, que, eivado dos exageros revolucionários da época, privilegia mais o radicalismo e candura panfletários do que o enunciado sóbrio dos princípios fundamentais. Não obstante as revisões, de que parca e esforçadamente foi objeto, a Constituição tem hoje o perfil de um dispositivo analógico num mundo digital.

Importa, porém, considerar que, mesmo expurgada do jargão ideológico e do palavrismo folclórico que caracteriza a nossa Lei Fundamental, há valores que inevitavelmente lá irão permanecer, porque fazem parte de qualquer constituição democrática e são inalienáveis, como é o caso dos princípios da igualdade e da proteção da confiança.

Ora é justamente a aplicação desses princípios que tem levado os juízes do Palácio Ratton a recusar circunscrever os cortes de rendimentos aos funcionários públicos e reformados, e, em geral, a institucionalizar a definitividade das referidas reduções.

O Tratado Orçamental que Portugal subscreveu prevê, contudo, um escalonamento no decréscimo do déficit das contas públicas, o qual passa incontornavelmente por uma redução da despesa primária do Estado, na qual os salários e as pensões avultam.

Esta incontornabilidade resulta igualmente da constatação de que a carga fiscal geradora de receita já atingiu níveis

de tal forma elevados que não pode ser agravada e que aqueles iluminados que defendem aumentos do PIB e do investimento, ou mesmo a renegociação da dívida, se esquecem lamentavelmente de dizer como se faz.

E surge então a dura realidade do nó górdio que ninguém sabe desatar: o Estado precisa de fazer poupanças que aparentemente a Constituição não permite.

O dilema é tanto mais angustiante quanto esta não é uma questão de governo, é uma questão de regime; não tenhamos dúvidas que o próximo executivo, qualquer que seja a sua cor política, ir-se-á defrontar com os mesmos fantasmas, a não ser que os nossos credores e os nossos parceiros europeus tenham um rebate coletivo de generosidade, que se não vislumbra, à direita ou à esquerda.

2. O entendimento entre partidos no poder e na oposição, na presente legislatura, tem sido praticamente nulo, à exceção da reforma do IRC.

Chega-se mesmo ao paradoxo de a oposição anunciar publicamente que irá reabrir os tribunais que este governo planeia encerrar, ou que renacionalizará a RTP, se for privatizada.

Esta cacofonia é lamentável por ter subjacente uma visão completamente retrógrada e imediatista da política e particularmente nefasta para um país com as características de Portugal.

Passo a explicar: mais do que nunca o nosso país carece de investimento externo, porque o investimento interno, quer o público, quer o privado, estão debilitados, por falta de recursos ou escassez de crédito.

Ora, a primeira coisa que qualquer investidor preza é a estabilidade, a durabilidade das regras do jogo e dos pressupostos jurídicos e fiscais; esse desiderato só pode ser alcançado através de acordos estruturantes de regime entre os partidos, que transmitam confiança para o exterior.

O primado do eleitoralismo tem infelizmente impedido que Portugal se posicione, nesta importante matéria, como devia.

3. Guerrilha institucional permanente e credo na boca cada vez que se vai pedir emprestado aos mercados? Desemprego em alta e crescimento em baixa? Tristes perspetivas para um país, que se deixou encurralar.